



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 67, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2019

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº: 1858467-6			
DETERMINAR:			
No prazo de 90 dias, elaborar e apresentar plano de ação visando à adequação da destinação dos resíduos sólidos urbanos e eliminação da deposição dos resíduos nos chamados "lixões".	Em implantação	Estamos procurando juntamente com a AMUPE e Ministério Público solução consorciada ou cooperativa para o destino correto dos resíduos sólidos urbanos para eliminar a irregularidade.	
Processo TC nº: 16100317-5			
DETERMINAR:			
Providenciar a inserção dos dados de todas as aquisições de insumos de saúde doravante feitas por todos os seus diversos centros de compras e unidades gestoras no Banco de Preços em Saúde, disponível no portal eletrônico do Ministério da Saúde, mantendo tais dados atualizados, bem como realizar a consulta ao Banco de Preços em Saúde como critério para orientar seus processos de	Em implantação	Estamos procurando modernizar e ajustar as compras de insumos de saúde às normas da Lei de Licitações e orientações do Ministério da Saúde.	





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

aquisições de insumos em saúde, verificando atentamente se os preços praticados nas licitações para aquisições de medicamentos estão de acordo com aqueles constantes do referido registro. (A8.1);			
Proceder a controles dos gastos com combustíveis a partir dos documentos gerados a cada abastecimento (recibos, notas avulsas, controles manuais, etc, com assinaturas do motorista e frentista), onde devem constar, no mínimo, a data e hora do abastecimento, quantidade e tipo de combustível, quilometragem do veículo no momento do abastecimento, nome e matrícula do motorista e nome do frentista, ambos com suas assinaturas. Em relação ao controle de utilização dos veículos, proceder aos registros contendo, no mínimo, data e hora de saída e chegada, os destinos das viagens, motivos dos deslocamentos, os locais visitados, setor requisitante, quilometragem do veículo na	Implementada	Estamos realizando os controles necessários para o fornecimento de combustível, executando controle de roteiros, quilometragem, que inclusive já foi auditado pelo TCE/PE.	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

saída e na chegada e identificação completa do motorista. (A1.1);			
Organizar o sistema de concessão de diárias de forma a garantir que os serviços sejam efetivamente prestados e dentro da finalidade pública, evitando assim o pagamento de diárias sem a devida contraprestação, observando-se a razoabilidade nos quantitativos, bem como implementar fiscalização nas concessões de diárias e nas respectivas prestações de contas. (A2.1);	Implementada	Implantamos o controle rigoroso da concessão de diárias, limitando ao mínimo necessário e de forma justificada que atenda ao interesse público.	
Proceder ao estudo de necessidade de ampliar o quadro de procuradores jurídicos, por meio do devido concurso público, a fim de evitar contratações cujos objetos estejam enquadrados nas atribuições dos servidores do Município; (A4.1);	Implementada	Temos cargo efetivo de procurador municipal exercendo normalmente suas funções inerentes ao cargo.	
Proceder a pesquisas de preços com pelo menos 03 (três) cotações em empresas do ramo pretendido, verificar os preços	Implementada	Todas as licitações são precedidas de ampla pesquisa de preços ou consulta de banco de preços de âmbito nacional.	Destacamos a grande dificuldade que os Municípios têm para receber cotações de preços



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

praticados em contratações anteriores do próprio ente, bem como fazer pesquisa de preços entre as contratações realizadas por outros entes da Administração Pública de modo a se ter maior segurança de que os valores praticados nas licitações atendem aos preços praticados no mercado. (A9.1);			
Receber os valores arrecadados com a Contribuição de Iluminação Pública-COSIP em conta corrente específica para esta fonte de recursos, proceder ao controle contábil individualizado de entrada e saída dos recursos da COSIP, bem como vincular os recursos dessa contribuição exclusivamente às compras e atividades relacionadas à iluminação pública. (A10.1).	Implementada	Foi aprovada legislação própria e estamos cobrando a COSIP	

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

